

Socialização do prejuízo

Economia - Brasil

SÉRGIO AMAD COSTA

O Estado, recentemente, em editorial, observou que uma das características mais perversas da crise brasileira é que a maioria dos seus protagonistas fala "economês" ou diz entender de economia, mas não se preocupa com os efeitos que a crise, em seus diferentes aspectos, acaba tendo sobre a economia. É isso aí. Agora o modismo do "economês" está viajando no embalo de que o crescimento do PIB não é relevante porque "não é sinônimo de desenvolvimento social".

Sabe-se, é verdade, que nem sempre o país que mais cresce economicamente é o que encabeça a lista dos que apresentam melhor desenvolvimento social. Isto pelo fato de que a qualidade de vida de uma população depende da forma como são alocados os recursos provenientes do crescimento econômico. Entretanto, sem crescimento, sem aumento do PIB, torna-se impraticável o desenvolvimento social e a melhora da qualidade de vida.

O PIB mede a riqueza de um país. É o conceito que traduz o resultado de todas as atividades da economia. Porém, ele, por si só, não indica o potencial econômico da população. A riqueza média dos habitantes se verifica pelo $\text{PIB real} \div \text{população} = \text{PIB per capita}$.

No Brasil, o PIB tem crescido historicamente a uma média de 6,5% ao ano. Aliás, a maior taxa de crescimento foi registrada em 1973, 14%. E, em 1981 e 1983, pela primeira vez as taxas foram negativas. Em 1988, o PIB ficou em 0% e, em 1990, em -4%.

Vale lembrar que na história do País nunca houve dois anos seguidos com PIB negativo. Embora o ano de 1990 tenha registrado taxa menos negativa que a de 1981 (-4,4%), o quadro atual é mais alarmante do que o da



quela época, pois certamente o PIB de 1991 será também negativo e as projeções para 1992 não indicam que passará da casa do zero. Pois bem, nestas circunstâncias, o PIB, contrariando o que o "economês" vem difundindo, tem tudo a ver com desenvolvimento social. Pois a renda per capita depende do PIB e da taxa de crescimento populacional.

Ora, quando o PIB não cresce e a população continua a aumentar, sob taxa média de 2% ao ano, apenas com mágica poderemos ter uma melhora na qualidade de vida dos brasileiros.

Fazendo uma analogia, fica mais fácil compreender a situação. Suponhamos que a renda mensal de uma família de quatro membros seja 4y. Decide-se que cada membro tem 1y para gastar com o seu próprio desenvolvimento. Até aí, tudo bem.

Mas essa família, depois de dois anos, passa a contar com mais um membro e, durante esse período, não acusa nenhum crescimento econômico. Portanto, agora são cinco membros com os mesmos 4y. Assim, a família não tem mais 1y para cada um usar no seu desenvolvimento, mas sim 0,8y, pois os 4y passaram a ser divididos entre os cinco membros. Sem dúvida (e sem mágica), a qualidade de vida dessa família começa a se deteriorar.

É isso o que ocorre, em termos macros, com a nação, quando o PIB fica na casa do zero ou, pior ainda, quando ele passa a ser negativo e a população continua crescendo. Os recursos são mais escassos, tornando inviáveis novos investimentos, deteriorando também a qualidade de vida. Assim, a única coisa que se consegue, quando não se valoriza o crescimento econômico, como condição indispensável para o desenvolvimento social, é dividir igualitariamente, entre a população, o que se perdeu com a ausência do crescimento do PIB. É a socialização do prejuízo.

□ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.